

IMPACTOS CAUSADOS COM O FECHAMENTO DA ESCOLA: Nossa Senhora das Graças no Assentamento Cicero Gomes no município de Amaraji - PE

IMPACTS CAUSED BY THE CLOSURE OF: Nossa Senhora das
Graças school in the Cicero Gomes settlement, Amaraji - PE

Vandilene de Lima Silva

limavandilene14@gmail.com

Antenor Martins de Lima Filho

antenordelima@gmail.com

RESUMO

No Brasil o fechamento das escolas rurais ocorre gerando impactos nas comunidades camponesas, em evidência a Escola Nossa Senhora das Graças no Assentamento Cicero Gomes em Amaraji-PE, a educação no campo segue sendo evidenciada como uma ferramenta importante para a valorização do campo, o trabalho em questão demonstra os impactos negativos do fechamento das Escolas do Campo e como a violação do direito à educação no campo pode afetar o desenvolvimento territorial. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo por meio da aplicação de questionário e entrevistas presenciais com personagens reais da história da comunidade e funcionários da escola até seu fechamento. Durante a pesquisa constatou-se que esta realidade permeia outros territórios brasileiros afetando não apenas o acesso à educação mas a identidade cultural dos povos do campo assim como sua qualidade de vida, o cenário que possibilitaria uma mudança satisfatória seria a aplicação de políticas públicas voltadas para o campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Fechamento de Escola; Violação de Direitos.

ABSTRACT

In Brazil, the closure of rural schools occurs, generating impacts on peasant communities, as evidenced by the Nossa Senhora das Graças School in the Cicero Gomes Settlement in Amaraji-PE. Education in rural areas continues to be highlighted as an important tool for valuing the countryside. The work in question demonstrates the negative impacts of closing rural schools and how the violation of the right to education in rural areas can affect territorial development. The methodology employed was qualitative in nature through the application of questionnaires and in-person interviews with real characters from the community's history and school staff up until its closure. During the research, it was found that this reality permeates other Brazilian territories, affecting not only access to education but also the cultural identity of rural peoples as well as their quality of life. The scenario that would allow for a satisfactory change would be the implementation of public policies aimed at rural areas.

Keywords: Rural Education ; School Closing ; Violation of Rights.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Castro e Cardoso (2022, p 2), “a Educação do Campo é uma modalidade de ensino que garante à população do campo o acesso e a permanência em escolas próximas de onde residem, visando respeitar a identidade e a cultura local”. Esse cenário, porém, vem sendo modificado pelo descaso direcionado à zona rural, que tem resultado na extinção das poucas escolas do campo existentes.

Durante muitos anos, difundiu-se a ideia de que a qualidade do ensino seria melhor na cidade do que no campo. Essas discussões acerca da educação escolar perduraram por longo tempo. Tal perspectiva, aliada a outras afirmações e concepções sem fundamento, contribuiu para o êxodo rural, gerando superlotação no espaço urbano.

Para aqueles que vivem no campo, o fechamento das escolas representa uma perda irreparável, pois, aos poucos, as pessoas vão se afastando de sua cultura, crenças e saberes comunitários. Os deslocamentos para a zona urbana também apresentam seus desafios, como afirmam Rodrigues et al. (2017, p. 709):

“Os alunos são deslocados para as escolas localizadas na cidade. Destaca-se que muitos estados vêm reorganizando suas respectivas redes escolares em um provável processo de nucleação escolar, que centralizaria as escolas em áreas urbanas, criando uma concentração educacional urbana”.

Um exemplo dessa realidade ocorre no Assentamento Cícero Gomes, localizado na divisa entre os municípios de Pombos e Amaraji, às margens da PE-58, próximo à antiga Usina Nossa Senhora do Carmo. Antigamente, os moradores chamavam o local de Bom Conselho, devido aos conselhos oferecidos por três professoras aposentadas que residiam no casarão da Usina. Além de aconselhar os moradores da região, essas senhoras também ensinavam leitura e escrita aos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras, para que soubessem ao menos o básico, como interpretar rótulos de produtos utilizados no plantio da cana-de-açúcar e calcular as medidas necessárias para sua aplicação. Também os ensinavam a contar os fechos de cana, para que pudessem registrar corretamente as informações destinadas ao encarregado da produção da antiga Usina Nossa Senhora do Carmo.

Com a falência da Usina, parte de suas terras foi destinada à reforma agrária, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A área foi dividida em 37 lotes (parcelas) e denominada Assentamento Cícero Gomes, em 1988, em homenagem ao líder do acampamento do MST assassinado por lutar pelo direito à terra. Nesse mesmo período, foi fundada a Associação Agrícola dos Parceleiros de Cícero Gomes (ASPARGO), pelo assentado Josias Soares de Melo, com o objetivo de buscar melhorias e promover a organização comunitária. Essas informações encontram-se registradas no livro de fundação da associação, da qual atualmente faço parte como secretária.

A origem da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, existente no território, é anterior ao assentamento. Sua criação ocorreu a partir da atuação da senhora Amara Rodrigues, funcionária da Usina Nossa Senhora do Carmo, contratada para ensinar aos trabalhadores e seus filhos. Em meados de 1976, a referida professora prestou concurso público para o município de Amaraji, sendo aprovada, e passou a trabalhar simultaneamente nos dois vínculos, residindo no antigo Engenho Bom Conselho.

Nessa época, a prefeitura de Amaraji assumiu a responsabilidade pela manutenção da escola, que possuía dois cômodos: uma sala pequena e um banheiro. Tais informações foram fornecidas pela própria senhora Amara Rodrigues, por meio de entrevista concedida em sua residência. Com sua

aposentadoria, tanto pelo município quanto pela Usina, ocorreu o primeiro fechamento da escola, por volta do ano 2000.

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto do fechamento da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças na vida dos moradores do Assentamento Cícero Gomes e discutir a importância da Educação do Campo para camponeses e camponesas.

2 DESENVOLVIMENTO

O problema do fechamento das escolas localizadas em áreas rurais no Brasil é antigo e sempre foi denunciado pelos movimentos sociais que atuam na luta pela Educação do Campo, fazendo parte da disputa pela terra, que se materializa também no território da educação. O fechamento de escolas no meio rural brasileiro é um fenômeno presente desde a década de 1990, provocando significativos impactos nas comunidades rurais. Diversos estudos, registros e denúncias têm sido divulgados, chamando atenção para essa realidade, que ameaça o direito à educação das populações camponesas Oliveira et al (2024 p 13).

Existem duas realidades distintas no Brasil: a Educação do Campo, que visa à valorização dos povos camponeses por meio de uma abordagem educativa que respeita sua cultura e trajetórias históricas; e a chamada educação rural, que historicamente se limita ao ensino do “básico”, como leitura e escrita, sustentando a ideia de que esse conhecimento é suficiente para o desenvolvimento educacional. Essa perspectiva, marcada pela lógica capitalista, induz muitos sujeitos do campo a migrarem para a cidade, convertendo-se em mão de obra barata e reforçando a falsa percepção de que o desenvolvimento só ocorre afastando-se do meio rural.

Bicalho et al. (2021, p. 39) retratam a Educação do Campo como um direito histórico dos camponeses, capaz de contribuir para a superação das injustiças presentes na realidade rural brasileira. Em contraposição, Pereira (2012, p. 292) “afirma que a educação rural tradicional busca o desenvolvimento a qualquer custo, prometendo avanços que o capitalismo não cumpre e difundindo a ideia de que não há possibilidades de transformação para os sujeitos do campo”.

Em suas observações, Pereira (2012, p. 293) “destaca que a Educação do Campo segue uma perspectiva educacional que considera a realidade camponesa e integra áreas de conhecimento frequentemente negligenciadas, como tecnologia, ciências sociais, lutas camponesas em seus territórios e práticas de saúde que valorizam os saberes do povo do campo”. Acerca do fechamento das escolas rurais, Oliveira (2025, p.15) aponta alguns fatores determinantes:

Entre outros fatores, argumenta-se que o fechamento de escolas no meio rural tem sido a estratégia dos governos locais que, em vez de fomentar a melhoria da qualidade e a estruturação das escolas do campo, têm adotado políticas de desativação dessas escolas, com a justificativa da inviabilidade de sua manutenção por serem pequenas, isoladas, com um pequeno número de alunos e, frequentemente, com turmas multisseriadas.

Santos e Garcia (2020) comentam a contradição persistente no país, onde o fechamento sistemático de escolas do campo continua ocorrendo, mesmo diante da legislação e da Constituição Federal, que garantem o direito à educação para os povos do campo, respaldado pelo Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e pela Política Nacional de Educação do Campo.

Quanto à importância de assegurar esse direito, Queiroz (2012) enfatiza: “É preciso conhecer, reconhecer, resgatar, respeitar e afirmar a diversidade sociocultural dos povos que vivem/habitam no campo e do campo”.

Quando uma escola deixa de funcionar no meio rural, a cultura camponesa é diretamente afetada, pois suas tradições e práticas agrícolas sofrem processos de desvalorização.

Farias (2024) afirma que a maioria dos fechamentos de escolas ocorre na zona rural, impactando diretamente agricultores familiares, assentados e demais segmentos da população camponesa.

Segundo dados do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC (2025)

- Existem **48.822 escolas do campo** no Brasil, representando 27,2% das escolas de educação básica;

- **58,6%** delas funcionam com **turmas multisseriadas** (28.642 escolas);
- nos últimos 12 anos, **20.471 escolas rurais foram fechadas**;
- houve redução de **557.842 matrículas**.

Para Carvalho e Santos (2023), “o fechamento das escolas localizadas no campo constitui-se na negação do direito à educação aos povos do campo”. As autoras também destacam que, como consequência desse processo, muitos alunos passam a depender de transporte escolar para frequentar escolas distantes de suas comunidades, submetendo-se a rotinas exaustivas.

As crianças precisam acordar muito cedo e, ainda assim, chegam atrasadas, aumentando o desgaste físico e comprometendo sua permanência no sistema educacional. Além disso, são expostas ao risco do trajeto, agravado pelas condições inadequadas de muitos veículos e pela falta de monitores, assim como pelas estradas precárias que dificultam o acesso, resultando em faltas frequentes.

No Assentamento Cícero Gomes, essa realidade também se faz presente. Os estudantes perderam o direito de aprender em seu próprio território, passando a deslocar-se cerca de 7 km até o município de Chã Grande, totalizando 14 km diários entre ida e volta. A longa rotina, somada à ausência de valorização da cultura camponesa nas escolas urbanas, gera cansaço e afastamento cultural. Durante o inverno, as chuvas tornam as estradas ainda mais precárias, aumentando o número de faltas devido à impossibilidade de chegar à escola.

A comunidade já contou com um número considerável de crianças e adolescentes que compunham turmas da alfabetização ao 9º ano. Entre 2007 e 2011, muitas turmas reuniam aproximadamente 25 alunos, frequentando a escola no turno da manhã e da tarde, de segunda a sexta-feira. Com a falta de políticas públicas voltadas ao campo e à permanência das famílias na zona rural, esse número diminuiu drasticamente.

Em 2013, segundo registros escolares, uma turma de 9º ano contava apenas com dois estudantes. A situação agravou-se quando, nos anos posteriores, a escola passou a funcionar apenas no turno da manhã, com uma única turma do

ensino fundamental. Pouco tempo depois, a escola foi desativada sem aviso prévio às famílias, deixando os camponeses à mercê da notícia de que a instituição não funcionaria mais.

Conforme o artigo 28º, da § único, da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, estabelece que:

“[...] o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar”.

No entanto, esse direito não foi assegurado. A Escola Municipal Nossa Senhora das Graças tornou-se mais um exemplo de instituição camponesa fechada sem o devido processo legal, afetando não apenas os estudantes, mas todas as famílias que dependiam da escola e que, muitas vezes, desconhecem que o acesso à educação também é um direito garantido aos habitantes da zona rural.

Caldas e Carmo (2025) destacam a importância de uma educação que valorize e respeite a cultura do campo, atuando não apenas como modalidade de ensino, mas também como política pública que garanta direitos educacionais para povos da cidade e do campo. O fechamento de uma escola do campo interrompe esse objetivo assegurado por lei.

Para Oliveira e Silva (2022,p. 217) , a Educação do Campo é um paradigma voltado a atender os interesses dos sujeitos do campo, abrangendo diversas áreas do conhecimento e fundamentando-se na valorização dos diferentes saberes e na emancipação dos indivíduos, mantendo vínculo com sua realidade sociocultural e territorial. Nesse sentido: “A educação é mais do que ensinar conteúdos; é, sobretudo, criar condições para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, que compreendem onde vivem, sua cultura e seu papel no mundo”. (FREIRE, 1981, p. 119).

A educação está intrinsecamente relacionada à identidade cultural. Assumir-se como sujeito no mundo implica situar-se histórica e territorialmente como produtor de cultura, enraizado em condições tempo-espaciais que marcam e são marcadas pelos indivíduos.

Nesse sentido, o fechamento de uma escola no campo não representa apenas a interrupção de um espaço de aprendizagem escolar, mas também o fim de um ambiente de convivência comunitária, onde acontecem atividades fundamentais para a vida local. No próximo capítulo, discutiremos os impactos do fechamento da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças no Assentamento Cícero Gomes.

3 METODOLOGIA

Segundo o Censo do IBGE de 2022, o município de Amaraji possuía 18.205 habitantes, dos quais aproximadamente 3.400 residiam na zona rural. Mesmo sendo um município de pequeno porte, observa-se que ainda há uma quantidade significativa de pessoas vivendo no campo.

De acordo com o Censo Escolar publicado pelo INEP, em 2024 Amaraji possuía 13 escolas municipais, sendo que 8 estavam localizadas na zona rural. O mesmo documento aponta que, nos últimos dez anos, 17 escolas do campo foram fechadas no município, evidenciando que a prática de fechamento de escolas rurais presente no cenário nacional também se reproduziu em Amaraji.

O fechamento da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, localizada no Assentamento Cícero Gomes, gerou inúmeras dificuldades decorrentes do descaso político com a comunidade. As crianças passaram a se deslocar para cidades vizinhas para terem acesso à educação, direito que lhes foi negado no próprio território após a desativação da escola.

A realização deste estudo contou com a aplicação de um questionário enviado por meio de rede social, considerando a disponibilidade de tempo dos participantes, que optaram pelo formato on-line. Moradores da comunidade e antigos funcionários da escola contribuíram com informações essenciais para a análise.

3.1. Benefícios proporcionados pela escola à comunidade

À pergunta “Qual benefício a escola trazia para a comunidade quando estava em funcionamento? ”, a maioria dos participantes relatou que a acessibilidade dos estudantes e a proximidade entre escola e famílias geravam vínculo, credibilidade e respeito.

A escola era reconhecida como um ponto de apoio comunitário, especialmente pela oferta de atendimentos médicos, incluindo consultas, vacinação, atendimento odontológico e exames de vista para moradores de todas as idades. Também eram realizadas palestras educativas e ações de saúde.

Além das atividades pedagógicas, a escola oferecia cursos de culinária (como confeitaria) e de costura às mães dos estudantes, possibilitando a obtenção de renda complementar. No campo das artes, eram desenvolvidas práticas de artesanato com materiais recicláveis, atividades de educação física com participação em torneios, aulas de dança e peças teatrais representadas pelos alunos. A literatura também era valorizada por meio de concursos de poesia e cordel.

A partir da sistematização das respostas, observa-se que a escola cumpria função muito além da aprendizagem formal: era um espaço de convivência e socialização da comunidade, como prevê a Resolução CNE/CEB n.º 01/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais.”

3.2. Festividades e práticas culturais

À pergunta “Quais festividades você lembra que eram comemoradas com a escola em funcionamento?”, os entrevistados mencionaram diversos eventos que mobilizavam a comunidade:

- Quadrilhas tradicionais e estilizadas;
- Apresentações teatrais;
- Festas juninas com comidas típicas produzidas com matéria-prima local (canjica, pamonha, pé-de-moleque, tapioca, bolo de milho, milho assado e cozido);
- Festividades natalinas com coral;
- Festas das mães com homenagens e sorteios;
- Campeonatos de futebol entre comunidades e engenhos próximos.

Essas lembranças demonstram que a escola era centro de vivências culturais e fortalecia a identidade camponesa. Como afirma (Arroyo 2011, p. 137): “O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar e estudar com dignidade, tendo seu lugar e sua identidade cultural. [...] Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo, de educação.” (Ribeiro Junior 1982, p. 43) enfatiza a dimensão pedagógica das festividades: “A festa é uma forma ritual, tradicional, de inculcação dos princípios pedagógicos elaborados pela cultura do povo [...]. A festa é uma verdadeira ação pedagógica.”

3.3. Impactos do fechamento da escola no assentamento

À pergunta “*Quais impactos foram causados pelo fechamento da escola no assentamento?*”, os moradores apontaram:

- Desvalorização da localidade;
- Descaso do poder público;
- Prejuízo direto às crianças, que enfrentam desgaste físico e mental devido ao longo trajeto diário até outra escola.

Sobre o fechamento de escolas do campo, Pereira (2017, p. 101) afirma: “Fechar escola é crime.” De forma semelhante, Aires (2016, p. 22) argumenta: “Fechar escolas no campo caracteriza a negação do direito à educação dos povos do campo.”

A sistematização das respostas demonstra que a comunidade reconhece que o fechamento da escola no Assentamento Cícero Gomes constitui violação do direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988, artigos 205 e 214.

3.4. Dificuldades enfrentadas pelos estudantes

À pergunta “*Quais dificuldades seus filhos enfrentam para ter um estudo de qualidade fora da comunidade?*”, os participantes mencionaram:

- Necessidade de acordar muito cedo;
- Deslocamento diário de 4 a 5 km até a escola mais próxima;
- Crianças que não se alimentam antes da aula;
- Risco de acidentes, especialmente no inverno.

Rodrigues e Cardoso (2022, p. 3) ressaltam:

Mesmo quando o percurso não é tão longo, o deslocamento é desconfortável e coloca crianças e adolescentes em risco de acidentes. Em muitos casos, os responsáveis preferem que elas não frequentem as escolas, contribuindo para o aumento da desigualdade social.

3.5. Sentimentos da comunidade diante do fechamento da escola

Quando questionados “*Como você se sente com a escola fechada?*”, os moradores relataram sentimentos de violação de direitos, desrespeito e abandono por parte do poder público. Segundo eles, a comunidade é lembrada apenas em períodos eleitorais, mediante promessas de reabertura da escola que nunca são cumpridas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) assegura o direito à educação de qualidade, mas, na prática, tal direito não vem sendo garantido no Assentamento Cícero Gomes.

Após a sistematização das respostas do questionário, respondido por moradores, antigos funcionários, estudantes e ex-professores, é possível

compreender a realidade vivenciada pelo Assentamento Cícero Gomes após o fechamento da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças.

Conclui-se que a expressão utilizada pelos movimentos sociais do campo — “Fechar escola é crime” — mantém-se atual e necessária na defesa da Educação do Campo. A desativação da escola compromete não apenas o acesso à educação formal, mas também rompe laços culturais, sociais e identitários fundamentais para a vida camponesa.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

No decorrer deste trabalho de pesquisa a respeito do fechamento da Escola Nossa Senhora das Graças, localizada no Assentamento Cícero Gomes, no município de Amaraji, observou-se que, apesar das muitas lutas e conquistas ao longo dos anos, a localidade em questão vem sofrendo significativamente com os impactos gerados por esse fechamento.

Ficou evidente o descaso do poder público com as comunidades rurais e com as escolas inseridas nesse contexto, denominadas escolas do campo, visto que, ao longo dos anos, mais de 50% dessas instituições foram encerradas no município.

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Art. 3:

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (ver como faz a formação quando é lei)

Diante disso, conclui-se que a Educação do Campo — entendida como direito de todos, dever do Estado e compromisso da comunidade, conforme afirmam

os movimentos sociais — não vem sendo garantida pela administração municipal de Amaraji há muitos anos.

Compreende-se, portanto, que os governantes, utilizando justificativas como contenção de gastos, redução de despesas ou dificuldades de acesso, acabam provocando um retrocesso à população campesina, retirando direitos assegurados por lei e aprofundando o abismo educacional entre campo e cidade. Em muitos casos, os moradores sequer têm conhecimento dos seus direitos ou não possuem apoio e força política para enfrentar o poder público diante das injustiças causadas pelo fechamento das escolas do campo.

Vale lembrar que, conforme as Diretrizes Operacionais de 2002, já havia garantia de financiamento específico para as escolas do campo:

Art. 14. O financiamento da educação nas escolas do campo [...] será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.

Assim, verifica-se que muitas das justificativas apresentadas pelos gestores públicos não se sustentam e entram em contradição com o que estabelece a legislação educacional brasileira. Nesse contexto, a Educação do Campo segue lutando contra um sistema que, muitas vezes, exclui direitos básicos dos povos camponeses.

A Educação do Campo surgiu das lutas dos movimentos sociais, tendo como marco histórico o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, com o objetivo de promover uma educação igualitária e, ao mesmo tempo, diferenciada para os povos do campo, preservando saberes culturais, crenças populares e o meio onde vivem.

Como registram as fontes: “O I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, foi um marco da luta política que demonstrou a insatisfação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como de outros atores políticos e instituições universitárias e científicas, com a educação básica e superior nacional destinada às crianças, jovens e adultos dos sertões/campo brasileiros.” (*Dicionário da Educação do Campo, 2012*)

De acordo com os estudos, o fechamento das escolas do campo não é apenas um dado do passado; trata-se de uma realidade atual e constante. Nos últimos 12 anos, o Censo Escolar aponta que 20.431 escolas rurais foram fechadas no Brasil, sem que ações efetivas fossem adotadas para reverter tais decisões. Mesmo diante dessa realidade, a luta por melhorias e pela valorização do povo camponês continua, pois esse povo apenas reivindica o que já lhe é garantido por lei: uma educação pública, igualitária, contextualizada e de qualidade.

No caso específico do Assentamento Cícero Gomes, o fechamento da Escola Nossa Senhora das Graças gerou impactos negativos profundos, configurando um verdadeiro declínio no desenvolvimento local, rompendo tradições, fragilizando vínculos comunitários e precarizando o acesso dos estudantes à educação. Muitos perderam o direito de aprender em um ambiente que valorizava sua cultura, sua história e sua identidade camponesa.

Percebe-se que os moradores ainda sentem as consequências da ausência da escola e mantêm, com esperança e resistência, o desejo de que ela volte a funcionar. Com isso, poderiam ter novamente garantido seu direito à educação de qualidade, reivindicação feita há muitos anos — reivindicação que nada mais é do que o cumprimento da Constituição Federal de 1988 e das legislações complementares que asseguram uma Educação do Campo plena, pública e socialmente referenciada.

REFERENCIAS

ANDRADE, Elizete, O.; VENTURA, Mislaine, R.; Fechamento de escolas do campo: impactos socioculturais nas comunidades rurais.2015. **editora.uemg.br** . Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?q=related:RzqVKE-yqowJ:scholar.google.com/&scioq=https://editora.uemg.br/images/livrospdf/catalogo-2021/O_tecido_do_texto/2021_O_tecido_do_texto_cap10.pdf&hl=ptBR&lr=lang_pt&as_sdt=0,5. Acesso em 20 de out de 2025.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C.. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Disponível em: (PDF) Arroyo por uma educacao do campo . Acesso em 16 de nov de 2025.

BESERRA, Eljalma Augusto; RIBEIRO, Marcelo Silva de Souza. As TIC como instrumento de preservação da identidade social das comunidades camponesas de Petrolina/PE. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 175–196, 2019. DOI: 10.28998/2175-6600.2019v11n24p175-196. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6868>. Acesso em: 20 out. 2025.

BICALHO, Ramofly; MACEDO, Pedro Clei Sanches; RODRIGUES, Guilherme Goretti. EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENFRENTANDO O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. *Periferia*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 39–59, 2021. DOI: 10.12957/periferia.2021.55211. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/55211>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, Df. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

CALDAS, Enildo Chaves; DO CARMO, Eraldo Souza. A RELEVÂNCIA DA POLÍTICA DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DOS ALUNOS DA VILA ANGELINÓPOLIS EM BAIÃO/PA.

LUMEN ET VIRTUS, [S. l.], v. 16, n. 45, p. 1075–1091, 2025. DOI: 10.56238/levv16n45-032. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/3372>. Acesso em: 28 out. 2025.

CARVALHO, T. S. S.; SANTOS, J. L. O fechamento de escolas como contra-política à educação do campo. *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, ano 34, n. 1, p. 90109, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/18373/14103>. Acesso em: 21 out. 2025.

CASTRO, Luzia, H. V.; CARDOSO, Josiane, M. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS E DESAFIOS A SEREM SUPERADOS NA CONTEMPORANEIDADE PELOS ALUNOS DE 4 A 17 ANOS**. Goiás, 2022.

P2. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3082.pdf>. Acesso em: 5 out. 2025.

FARIAS, Emerson de Souza; VIANA, Masilene Rocha. Direito à educação e controle do Ministério Público nas políticas de transporte escolar e fechamento de escolas no Piauí. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 25, n. 57, p. 200–226, 2024. DOI:

10.5965/1984723825572024200. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/23895>. Acesso em: 28 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Kremer, Adriana. Educação e Desenraizamento: processo de Nucleação das Escolas no Município de Bom Retiro – SC. 29ª Reunião anual da Anped, 2006. Disponível em: 29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT06-2313--Int.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

OLIVEIRA, Adolfo Samuel de; BOF, Alvana Maria; VIANA BASSO, Flávia. Balanço do fechamento das escolas no meio rural brasileiro (2013–2023). *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)*, Pombos, v. 4, n. 2, p. 13-45, 2024. Disponível em: <https://share.google/B4G7UiAyuulgpoqMe>. Acesso em: 28 out. 2025

OLIVEIRA, M. J. dos S. .; SILVA, A. L. dos S. Os princípios pedagógicos da Educação do Campo e o ensino de Física: uma revisão sistemática de literatura em teses e dissertações. *Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 217–234, 2022. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/rebecem/article/view/29238>. Acesso em: 3 nov. 2025.

PEREIRA, Camila Castiliano. **A política de fechamento de escolas no campo na região metropolitana de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em:

<https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1273>. Acesso em : 17 de nov .2025

QUEIROZ, João. B. P. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO

DAS ESCOLAS DO CAMPO. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 18, p. 37–46, 2012. DOI: [10.47946/rnera.v0i18.1347](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i18.1347). Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1347>. Acesso em: 28 out. 2025.

RIBEIRO JUNIOR, Jorge Cláudio Noel. **A festa do povo**: pedagogia de resistência. Petrópolis: Vozes, 1982. RODRIGUES, Ana, C. S.; MARQUES, Dayana, F.; RODRIGUES, Adriège, M.; DIAS, Gilvania, L. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. *Educação & Realidade*, Porto Alegre,

v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623657687>. Acesso em: 8 out. 2025.

RODRIGUES, Sarah, A.; CARDOSO, Josiane, M. **Consequências na aprendizagem de crianças pequenas devido ao deslocamento da zona rural para zona urbana**. 2022, IFPE-Goiano .p. 1-24 Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2907>. Acesso Em :17 nov.2025.

SANTOS, Deyvison, B. O.; AIRES, Sátila, M. ;PAULA, Floriza, B. S. **O processo de fechamento das escolas rurais do município de Combinado-Tocantins**. Arraias, 2016. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.47456/krkr.v3i4.32055> Acesso em : 17 de nov de 2025.

SANTOS, V. C.; GARCIA, F. M. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, [São Mateus], v. 1, n. 4, p. 264-289, out. 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698234776> Acesso em : 28 out.2025.

VEIGA, A. A.; LIMA, R. C. K. .; MORGADO, T. A. B. .; SANTOS , A. C. dos . O FECHAMENTO DE ESCOLA DO CAMPO E OS IMPACTOS SOBRE O TERRITÓRIO RURAL. **Revista Educação e Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 136–147, 2022. DOI: 10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.7. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/cienciassociais/article/view/13616>. Acesso em: 5 out. 2025.

6. APÊNDICE

APÊNDICE A – ESCOLA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS ANOS APÓS SEU FECHAMENTO.



Fonte: Própria

APÊNDICE B - ESCOLA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS QUANDO FUNCIONAVA A DUAS DÉCADAS ATRÁS



Fonte: Própria

APÊNDICE C – FESTIVIDADES NA ESCOLA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS



Fonte: Própria

APÊNDICE D – FOTO COM A PRIMEIRA PROFESSORA A ENSINAR NA ESCOLA E SUA FILHA QUE TAMBÉM LECIONOU NA MESMA ESCOLA.



Fonte: Própria

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

- Questionário

Qual o benefício a escola trazia para a comunidade em seu funcionamento?

Quais festividades você lembra que comemoravam aqui na localidade com funcionamento da escola?

Quais impactos causados com o fechamento da escola aqui no nosso assentamento?

Qual dificuldade os filhos de vocês enfrentam para ter um estudo de qualidade fora de nossa localidade?

Como você se sente com a escola fechada em nossa comunidade podendo trazer recursos para os nossos filhos?

Fonte: Própria

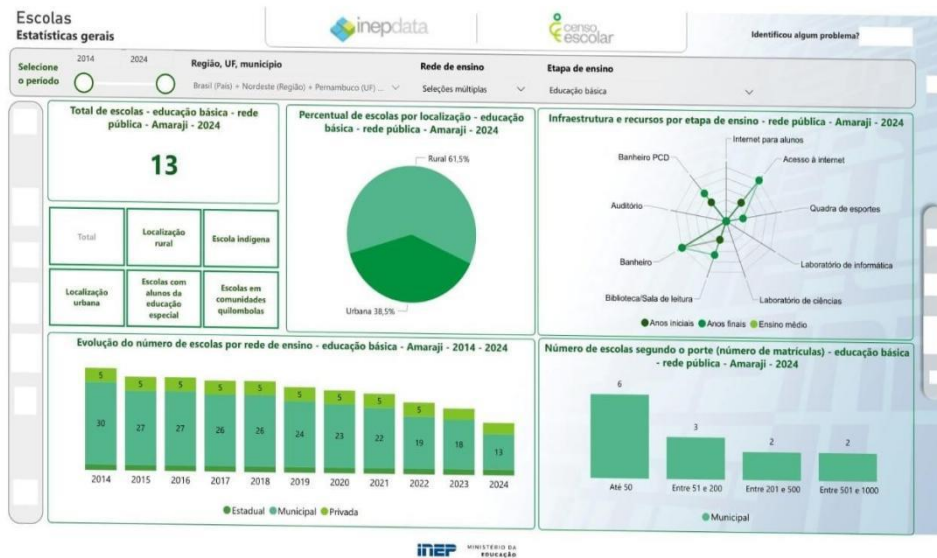
7. ANEXO

ANEXO A – ESCOLA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS QUANDO AINDA FUNCIONAVA EM 2012



Fonte: Google Maps

ANEXO B – DADOS DA QUANTIDADE DE ESCOLAS RURAIS AMARAJI- PE 2014-2024.



Fonte: INEP